

Capítulo VI

A DECLARAÇÃO DE BEJA DE 2-2-1975

Fortíssimo foi o abalo provocado no seio dos sectores hesitantes do Governo pela informação das conclusões aprovadas na Assembleia de 26 de Janeiro. No próprio dia 26 de Janeiro lhe chegaram, pois, a comunicação social estava presente na Assembleia.

“Dar início à Reforma Agrária” por decisão e pela mão dos trabalhadores seria decerto a última coisa que alguns dos governantes hesitantes esperavam. A decisão estava a provocar um risco de forte crise no governo, razão pela qual era preciso tomar algumas medidas de emergência. Foram estas as orientações traçadas de imediato pelo Partido:

pedir de imediato audiências à Coordenadora do MFA, ao Ministério do Trabalho e à Secretaria de Estado da Agricultura e emitir um comunicado que suavizasse as formulações aprovadas. Solução para o texto do telegrama aprovado é que não havia. Na manhã de 27/1/75, seguiu para as entidades consideradas.

A 28 de Janeiro, pelas 10 horas, já nos encontrávamos com os representantes da Coordenadora do MFA. A reunião seria de muito curta duração. Pelos maliciosos sorrisos e a forma aberta com que nos receberam, de imediato percebemos que não era do lado do MFA que haveria qualquer problema. Tinham conhecimento de como se tinham passado exactamente as coisas. Para isso, contavam com a informação sempre exacta de um Ministro sem pasta muito especial em quem sabiam poder confiar. Nós sabíamos decerto a quem se referiam. Mas diga-se, para quem o não saiba, que de Álvaro Cunhal se tratava. O problema não estaria nos militares do MFA, garantiram! Estes estavam com o Povo. A questão era convencer o Governo a aceitar a nova e insólita situação criada. Que não perdessemos tempo com eles a dar desnecessárias explicações. Era com o Governo que se impunha ir falar de imediato para evitar quaisquer desenvolvimentos negativos.

No Ministério do Trabalho também pouco tempo perdemos. É um Carlos Carvalhas algo irritado que nos recebe. Na mão, um jornal. Nem tempo tivemos para nos sentarmos. Razão de sobra tinha ele, até para estar zangado. Na página escolhida via-se a foto do

Ventura, delegado sindical de Serpa, homem de grande coragem, de caçadeira na mão. É certo que se tinha armado, para assegurar a protecção dos trabalhadores enviados para a herdade dos Alpendres, cujo proprietário era conhecido pela sua particular violência, mas na verdade era uma perigosa imagem que a direita e os inimigos dos trabalhadores não deixariam de aproveitar para criar alarmismo junto da opinião pública.

Que não perdêssemos tempo em explicações. Impunha-se ir de imediato falar com o Secretário de Estado da Agricultura, pois, na sua mão estaria a posição que o Governo iria tomar sobre o assunto.

Falar de imediato com o Secretário de Estado da Agricultura foi o que fizemos. Não foi fácil o primeiro embate. Queria receber apenas o Manuel Godinho e o Francisco Batista o que, naturalmente, recusámos. Estava claramente zangado com o Sindicato e muito em especial com o seu Presidente.

Depois de prolongada conversa, colocadas na mesa todas as questões analisadas na Assembleia de 26 de Janeiro, clarificado o sentido das nossas decisões e após várias diligências da sua parte, acabaríamos por acordar fazer uma reunião no Governo Civil de Beja, antes da Manifestação de dia 2 de Fevereiro, para uma melhor avaliação da situação.

O comunicado do Sindicato, entretanto emitido, ajudou bastante. Ficou afastado o risco de qualquer intervenção violenta contra os trabalhadores. Ficou também claro que contávamos com a sua intervenção na concentração de 2 de Fevereiro sublinhando nós o quanto seria importante haver respostas firmes, por parte do Governo, às denúncias constantes da nossa exposição de 23 de Dezembro de 1974.

O que se estava a passar, pela acção de muitos dos grandes agrários, punha em causa a autoridade do Governo e constituía uma séria ameaça à jovem democracia portuguesa em construção. Assim acabou por compreender.

SINDICATO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO DISTRITO
DE BEJA

COMUNICADO

1.º — A situação dos trabalhadores agrícolas no Distrito de Beja tem vindo a agravar-se extraordinariamente nos últimos tempos. Os grandes agrários prosseguem e agravam a sua política depois do 25 de Abril: o desemprego, a sabotagem económica, a manutenção de dezenas e dezenas de milhar de hectares não explorados ou subaproveitados.

Neste momento, existem cerca de 4000 homens desempregados e anda à volta de 10 000 as mulheres que estão sem trabalho. A situação tende a agravar-se ainda mais nos próximos tempos.

2.º — Em face desta realidade, que o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja tem repetidas vezes exposto ao Governo Provisório, são indispensáveis e urgentes medidas de fundo contra os grandes latifundiários e de apoio do Estado ao desenvolvimento rápido da produção agrícola e assim ao pleno emprego dos trabalhadores.

3.º — Em Assembleia de Delegados do Sindicato dos Trabalhadores Agrícola do Distrito de Beja, efectuada em 26 de Janeiro de 1975, com a presença de delegados de 72 freguesias, foi discutida a necessidade de medidas urgentes conducentes à realização da Reforma Agrária, e foi aprovado que os trabalhadores desempregados sejam distribuídos pelas herdades subaproveitadas ou onde se verifique sabotagem económica, com vista a assegurar o seu funcionamento normal.

4.º — Foi aprovada também a realização no *próximo domingo*, às 15 horas, no Largo das Piscinas em Beja, de uma *manifestação* dos trabalhadores agrícolas de apoio ao M. F. A., contra o desemprego e a sabotagem económica, contra os latifúndios e pela realização da Reforma Agrária.

- NÃO AO DESEMPREGO! QUEREMOS TRABALHAR!
- AGRÁRIOS SABOTADORES NA GAIOLA!
- ABAIXO OS LATIFUNDIOS!
- AVANTE PELA REFORMA AGRÁRIA — A TERRA A QUEM A TRABALHA!
- POVO - M.F.A.; O POVO ESTÁ COM O M.F.A.!

A Direcção do S. T. A. D. B.

Na reunião que se realizou no Governo Civil com a presença dos Secretários de Estado da Agricultura, Esteves Belo, do Trabalho, Carlos Carvalhas e das Obras Públicas, Garcia dos Santos, do Governador Civil de Beja, Major Brissos de Carvalho e do Comandante do RI3 e representante do MFA, Tenente Coronel Candeias, depois de muito argumentado lá se chegou à conclusão de que obras públicas não eram a solução, que se impunha contrariar os incultos e subaproveitados, dar combate firme à sabotagem e obrigar ao cumprimento da Convenção.

Igualmente se acordou que, para além dos dirigentes sindicais, intervirem na Manifestação os Secretários de Estado da Agricultura e do Trabalho, o Comandante do RI3 e o Governador Civil.

O largo das piscinas em Beja encontrava-se repleto. Era a maior concentração realizada na cidade de que havia memória até àquela data. Mais de 40.000 foi o número que se acordou terem estado presentes.



Nela se aprovou a histórica declaração que como “Declaração de Beja” ficou conhecida e que de verdadeira proclamação se tratou. Como tal poderia ter sido classificada: a declaração do fim do latifúndio, da derrota e do fim do poder dos “senhores da terra”.

A Declaração de Beja

“Nós os trabalhadores agrícolas do distrito de Beja, reunidos em manifestação distrital no dia 2 de Fevereiro de 1975, em que estiveram presentes mais de 40 000 trabalhadores agrícolas, dirigimos ao Governo Provisório, ao M.F.A., aos partidos autenticamente progressistas, e a todo o País, a seguinte declaração:

I – A SITUAÇÃO NO BAIXO ALENTEJO É EXTREMAMENTE GRAVE

Habituados durante meio século a super explorarem os trabalhadores agrícolas e a desfrutarem de uma situação de autênticos senhores feudais, os grandes agrários alentejanos mostram-se inconsoláveis perante o desenvolvimento do processo democrático e manobram, activamente, para o regresso de uma ditadura fascista a Portugal.

Não se trata de casos isolados, mas de um autêntico plano que os trabalhadores vêem desenvolver-se perante os seus olhos.

É o desemprego em massa, que nunca como este ano atingiu tal intensidade, e que se traduz, neste momento, no distrito de Beja em cerca de 4000 homens e 10000 mulheres sem trabalho. Criar dificuldades, lançar os trabalhadores na miséria e na fome, desorientá-los e desuni-los, com vista a canalizar o seu descontentamento contra o Governo Provisório e o M.F.A., tal é o objectivo dos grandes agrários fascistas.

É a sabotagem económica que se revela desde o 25 de Abril, das mais diversas formas: desde o incêndio ou a não colheita de searas; até à perda de considerável parte da azeitona que foi enterrada ou dada ao gado; até à realização de falsas sementeiras como sejam os casos de adubação insuficiente ou sementeira de cevada e pastagens em terras de trigo; até à criminosa venda de gado para abate, particularmente fêmeas, ou a sua morte pela fome; até à transferência de máquinas e bens indispensáveis à produção; até à não realização de trabalhos agrícolas como por exemplo a poda de oliveiras, de sobreiros e azinho; até à manutenção de dezenas e dezenas de milhar de hectares não cultivados ou subaproveitados. Toda a sabotagem económica concorre num único objectivo: diminuir a produção, agravar os preços dos produtos agrícolas, deteriorar gravemente a situação económica do País, favorecer a instauração de um autêntico caos que facilite o golpe fascista que na sombra preparam.

Claro que os grandes agrários, através da sua Associação, a ALA, procuram deitar poeira para os olhos do Governo e do povo de modo a disfarçar o seu sinistro plano. Falam em “diálogo franco e aberto com os Sindicatos Regionais dos Trabalhadores Agrícolas” em quererem “colaborar de facto na democratização do País” em “cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho”.

Mas qual é o trabalhador que ignora que a realidade é exactamente a oposta, e que só a unidade e a dura luta da classe os tem obrigado a recuar?

“Diálogo franco e aberto”? Ou a mais arrogante, manhosa e desonesta tentativa de ludibriar os trabalhadores e o seu sindicato?

“Colaboração na democratização do País”? Ou a conspiração a todo o dia e a toda a hora contra a democracia, as reuniões fascistas nos montes e herdades isoladas, as ameaças e perseguições aos que pertencem ao Partido Comunista Português, a corrupção política, a sabotagem económica?

Ou a preparação da intentona de 28 de Setembro, em que a ALA chegou a envolver-se directamente com a marcação de uma concentração de tractores em Lisboa no dia 29, dia que sonhavam constituir o dia da vitória do seu bem amado regime fascista?

“Cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho? Ou a sua violação constante, através da fuga ao pagamento das jornas mínimas estipuladas, do despedimento sem indemnização de trabalhadores efectivos, da realização de empreitadas e, sobretudo, da não aceitação de trabalhadores distribuídos pela Comissão de Técnicos nomeada pelo Governo para analisar o subaproveitamento das herdades caso por caso?

II – CONTRA OS LATIFÚNDIOS E OS MONOPÓLIOS

A atitude dos grandes agrários alentejanos a ninguém surpreende, porém. Pois não foram eles, ao longo de meio século, um dos pilares em que assentou o regime fascista, tendo-se caracterizado sempre pelo ultra-reaccionarismo mais violento?

Hoje, na construção do Portugal novo estão interessadas classes (os trabalhadores, os pequenos agricultores, sectores antimonopolistas da população) cujos interesses são absolutamente opostos aos dos grandes latifundiários. O avanço de tal construção não é, portanto, possível com os latifundiários ou apesar deles, pois continuam a ser eles os detentores do poder económico nos campos.

Sem a adopção de medidas antilatifundistas e antimonopolistas, isto é, de medidas de limitação com vista à liquidação do poder dos grandes agrários e capitalistas, não será possível resolver os grandes problemas do desemprego e da sabotagem económica e iniciar o caminho da realização de uma verdadeira reforma agrária que entregue a terra a quem a trabalha e que, portanto, altere inteiramente as condições de vida das classes laboriosas do campo (trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores).

Por isso nós dirigimo-nos ao Governo Provisório, ao MFA e aos partidos verdadeiramente progressistas que ainda recentemente no problema da Unidade Sindical mostraram estar ao lado dos trabalhadores para que sejam levadas por diante quanto antes tais medidas contra os latifúndios e os monopólios. E fazemo-lo com a profunda convicção de que os problemas imediatos que atingem os trabalhadores agrícolas, o desemprego e a sabotagem económica não poderão ser definitivamente vencidos sem tais medidas.

O proletariado agrícola alentejano tem atrás de si uma longa luta e uma experiência extremamente rica. Nas actuais condições políticas do nosso país a aliança do Povo com o MFA constitui uma base decisiva para o avanço das conquistas populares. Nós, os trabalhadores agrícolas do Baixo Alentejo, tudo faremos para o reforço de tal aliança, e disso não tenham dúvidas aqueles que

desconhecem a unidade da nossa classe ou que sonham poder embarcá-la atrás de quaisquer frases sonoras desligadas da nossa luta concreta.

III – A LUTA DOS TRABALHADORES

A luta dos trabalhadores agrícolas do distrito de Beja tem registado importantes vitórias desde o 25 de Abril, como foi o caso da assinatura da I e depois da II Convenção de Trabalho.

Há um mês e meio, e em face do agravamento da crise de desemprego através do Sindicato demos início a uma nova e importante forma de luta, no caso de sabotagem económica ou de trabalhadores distribuídos para herdades pela Comissão de Colocação nomeada pelo Governo e que os agrários se recusavam a receber, os trabalhadores deram início por sua iniciativa aos trabalhos agrícolas indispensáveis ao funcionamento normal dessas herdades.

Mais recentemente, a partir do dia 28 de Janeiro, vimo-nos na necessidade de generalizar esta forma de luta, e todos os trabalhadores desempregados existentes no distrito dirigiram-se para as herdades subaproveitadas ou onde havia trabalhos agrícolas a realizar e *começaram a realizá-los*, assegurando assim a produção. O Governo já tomou algumas medidas, e uma das primeiras herdades ocupadas foi arrendada compulsivamente, estando hoje a ser dirigida pelos trabalhadores.

Mas a resolução imediata do problema do desemprego e da sabotagem económica exige avanços imediatos nesta direcção. Muitas outras herdades devem ser arrendadas compulsivamente pelo Governo, pois não há direito que os grandes agrários as mantenham nas suas mãos.

Os trabalhadores não se opõem a que, lá onde a mão-de-obra seja realmente excessiva para os trabalhos no campo, o Governo dê início à realização de obras públicas que a absorvam. *Mas entendemos que em primeiro lugar está o interesse da produção nacional, e que em todas as terras onde haja herdades subaproveitadas os trabalhadores devem dedicar-se em primeiro lugar ao rápido desenvolvimento da produção agrícola, com o necessário apoio do Estado para o efeito.* De outra forma o que se viria a verificar seria o pagamento por parte do Estado – isto é, de todos nós – de encargos que competem aos grandes agrários, sem qualquer vantagem do ponto de vista do aumento da produção agrícola nacional. Ou seja, manter-se-ia um procedimento que foi frequente no tempo do fascismo, e que muito contribuiu para o vergonhoso parasitismo dos grandes latifundiários e para a actual situação de atraso da agricultura.

Diz a ALA num seu comunicado recente que a agricultura não pode dar trabalho sequer àqueles que são habitualmente trabalhadores agrícolas.

Nós, os trabalhadores agrícolas do Baixo Alentejo, lançamos um desafio: eles que larguem as terras, que nós demonstramos que não há braços a mais, e que

muito pelo contrário eles serão poucos para a obra de aproveitamento das dezenas de milhar de hectares que estão incultos e subaproveitados, e para a criação de uma agricultura moderna e desenvolvida de que o nosso país precisa.

IV – AVANTE ATÉ À VITÓRIA

A situação atingiu um ponto de onde não é possível voltar atrás.

Nós dirigimo-nos ao Governo Provisório, ao MFA e aos partidos que verdadeiramente têm estado ao lado da luta dos trabalhadores, como recentemente o demonstraram ao defender a unidade e a unicidade sindical, para que apoiem inteiramente a nossa luta.

Nós dirigimo-nos, também, a todo o Povo Português, a quem expomos a grave situação nos campos do Sul e a quem afirmamos a disposição dos trabalhadores agrícolas de dar uma contribuição decisiva para a liquidação do punhado de grandes latifundiários que dominam a terra e para a adopção de medidas conducentes à realização de uma Reforma Agrária que, entregando a terra a quem a trabalha, possibilitará uma agricultura nova e desenvolvida ao serviço das classes laboriosas do campo e do povo português.

NÃO AO DESEMPREGO E À SABOTAGEM ECONÓMICA!

VIVA A UNIDADE E A LUTA DO PROLETARIADO ALENTEJANO!

VIVA O SINDICATO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE BEJA!

VIVA A UNIDADE DOS TRABALHADORES PORTUGUESES!

VIVA A INTERSINDICAL!

VIVA A ALIANÇA DO POVO COM O MFA! “

Impossível era ficar indiferente. As palavras dos oradores eram sentidas.

É um Secretário de Estado da Agricultura, pela multidão empolgado, que declara: “**Não se pode admitir que haja terras incultas ou mal aproveitadas e trabalhos para realizar**”, “**todas as terras terão que ser devidamente trabalhadas para dar riqueza**” e informa que “**o Governo decidiu que nas terras de regadio, ou aptas ao regadio, o Estado realizará expropriações para além de uma certa área**”, que “**a expropriação das terras pelo Estado só será feita aos grandes proprietários de regadio**”, ao mesmo tempo que garantia que “**os pequenos e médios proprietários manterão a posse da sua terra e ser-lhes-ão fornecidos apoios para desenvolver a sua actividade**”.

“**Nas zonas de latifúndio serão impostas obrigações aos proprietários ou empresários rendeiros das explorações de maior dimensão**” e “**o Estado, consoante os casos, procederá ao arrendamento compulsivo ou fará a expropriação das terras que não sejam devidamente cultivadas ...e arendará também compulsivamente as terras cujos, empresários não cumpram os**

Contratos Colectivos de Trabalho ou outras obrigações sociais para com os trabalhadores e reconhecidas por lei.”

Se o Secretário de Estado da Agricultura foi entusiasticamente aplaudido, não menos o foi o Secretário de Estado do Trabalho ao perguntar “**como é que se pode compreender que haja desemprego se há tanta coisa para fazer?**”, “**como é que se pode compreender que haja desemprego no Alentejo, se ao lado dos desempregados há centenas de hectares inaproveitados e subaproveitados?**”, “**como se pode compreender que aqueles que trabalham têm fome e aqueles que não trabalham, os absentistas, vivem na abundância e desperdício?**”. “**O Governo tem de avançar no plano económico e tem de saber qual é a sua direcção principal de luta**”, “**É contra os monopólios e os grandes agrários que temos de dirigir os nossos esforços, e se o Governo souber qual é o alvo principal da sua direcção no plano económico, então o Governo poderá estar certo de que terá com ele todos os trabalhadores e se for preciso mais horas e mais trabalho tê-lo-á**”. E é sob uma tempestade de aplausos que concluirá afirmado: “**O Governo e os trabalhadores terão de levar à prática, mais tarde ou mais cedo, hoje ou amanhã, mas o mais breve dentro do possível, a consigna que hoje aqui tem sido repetida até à saciedade, essa consigna, que tem de se levar à prática, é que a terra tenha que ser dada a quem a trabalha**”.

A resposta entoada foi explosiva, como se de uma só voz se tratasse: “**A TERRA A QUEM A TRABALHA**” “**AVANTE COM A REFORMA AGRÁRIA**”.

À palavra de ordem “**O POVO ESTÁ COM O MFA**” responderá o Tenente Coronel Candeias, na sua curta mas calorosamente aplaudida saudação que, se “**O POVO ESTÁ COM O MFA**”, “**O MFA ESTÁ COM O POVO**”.

O Governador Civil de Beja, Major Brissos de Carvalho, encerrará as intervenções sublinhando, sob fortes aplausos, a unidade e consciência da classe trabalhadora e a colaboração que esta sempre tinha dado para a discussão e solução dos difíceis problemas que atingiam as massas trabalhadoras do Baixo Alentejo.

Havia muitas centenas de cartazes que coloriam a concentração e as palavras de ordem eram proclamadas em uníssono e de forma entusiástica:

“**Não ao desemprego**”. “**Queremos trabalho**”. “**Abaixo a reacção**”. “**Agrários sabotadores para a gaiola**”. “**Abaixo os latifúndios**”. “**A Terra a quem a trabalha**”. “**Povo-MFA a vitória alcançará**”. “**Viva a Reforma Agrária**”.

Era um mar de gente a clamar bem alto a sua determinação em levar por diante as conclusões saídas da Assembleia de 26 de Janeiro.

A manifestação de 2 de Fevereiro de 1975, pela sua grandiosidade e combatividade, pela declaração nela aprovada, pelo teor das intervenções proferidas, não deixava margem para dúvidas de que no distrito de Beja o poder mudava de mãos. Das mãos dos grandes senhores da terra passava para as mãos de quem a terra trabalhava.

Eram as dezenas de milhar de trabalhadores a afirmá-lo pelas estreitas ruas da cidade de Beja. Demasiado estreitas para tão poderosa corrente humana que, qual rio tumultuoso, arrastava consigo o futuro.

Era tempo. Na rua, em marcha, a “REFORMA AGRÁRIA” - A Revolução no Alentejo.